

# **POLÉMICA SOBRE O USO DA LÍNGUA PORTUGUÊS NO ENSINO SUPERIOR – ANÁLISE PELA PERSPETIVA DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Pelo**

**Adino Nunes Cabral., S.H**

**(Estudante Semestre II Magistrado de Direito UNPAZ)**

Email : [nunes\\_luarai@yahoo.com](mailto:nunes_luarai@yahoo.com)

Foi Visto e por Conhecimento Pelo Dosente Lição do Direito Constitucional Comparado

**Dr. Rosino da Cruz., Lic. Dir., M.Dir.**

Email : [dacruzrosino@gmail.com](mailto:dacruzrosino@gmail.com)

## **I. FACTO LEGAL**

A língua é fruto de um processo de construção histórica e social. Ela é um sistema social, um código desenvolvido e utilizado para a transmissão de pensamentos, ideias e interações entre os indivíduos. Ela é um código aceito, convencionalmente, por toda uma comunidade e, como tal, pertence ao coletivo, a todos, e não a cada um individualmente. A língua é um patrimônio social, que integra as relações humanas, através da qual o conhecimento de um povo, de uma cultura, pode ser preservado e transmitido a outras gerações no decorrer do tempo, perpetuando sua história<sup>1</sup>.

O carácter social da língua é facilmente percebido quando levamos em conta que ela existe antes mesmo de nós nascermos. Cada um de nós já encontra a língua formada e em funcionamento, pronta para ser usada. E, mesmo quando a pessoa deixa de existir, a língua subsistirá independentemente de nós. A língua pertence a todos os membros de uma comunidade; por isso faz parte do patrimônio social e cultural de cada coletividade<sup>2</sup>. A língua é caracterizada por aspectos culturais, sendo influenciada por eles e torna-se um elemento constituinte das expressões culturais de uma nação<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> LESSA, Luisa Galvão. A importância da língua no mundo social e cultural. Linguagem e cultura. Maio, 2010. Disponível em: . Acesso em 22/05/2024.

<sup>2</sup>BETANIA, Nadia (2010). Língua e linguagem. Pag. 1.

<sup>3</sup>SANTANA, Joelton Duarte de. Língua, cultura e identidade: A língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: Língua - vidas em português. Revista: Linha d'Água, São Paulo, n. 25 (1), p. 47-66, 2012.

A cultura pode ser entendida como “o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” regido pela língua<sup>4</sup>. É por meio desta que a cultura se constitui, é difundida e transmitida às gerações futuras. Não há cultura sem língua e nem língua sem o suporte de uma cultura. A cultura é uma produção humana, produto de uma coletividade, resultante do acúmulo de conhecimentos e experiências de gerações. Ela passa por modificações, acréscimos e enriquecimento contínuo, num processo dinâmico e coletivo. É por meio desta que a cultura se constitui, é difundida e transmitida às gerações futuras. Não há cultura sem língua e nem língua sem o suporte de uma cultura. A cultura é uma produção humana, produto de uma coletividade, resultante do acúmulo de conhecimentos e experiências de gerações. Ela passa por modificações, acréscimos e enriquecimento contínuo, num processo dinâmico e coletivo.

A identidade de um povo está irrestritamente ligada à sua história, e a ilha de Timor tem um vasto histórico anterior ao colonialismo português. A formação dos povos locais deu-se por migrações advindas da Melanésia, primeiramente, e posteriormente da Austronésia. A presença desses povos na ilha é comprovada por diversas descobertas arqueológicas oriundas de estudos empreendidos durante o período colonial português e, mais recentemente, no período de independência. O vasto repertório linguístico atual talvez seja um dos traços mais visíveis da participação desses povos antigos na sociedade timorense. Hoje, em Timor-Leste, convivem comunidades falantes de dezesseis línguas originárias da Austronésia (tétum, habun, kawaimina, idalaka, galoli, wetar, bekais, dawan, mambai, kemak, tocodede, lovaia) e da Melanésia (fataluku, makalero, makasae e bunak). Além disso, antes de os portugueses e holandeses ocuparem e disputarem o território, outros povos estrangeiros já haviam estabelecido relações comerciais com os habitantes locais, contribuindo de alguma forma com a formação cultural timorense<sup>5</sup>.

Houve um importante debate que mobilizou o país às vésperas da Constituinte sobre a língua oficial a ser adotada. Diante da realidade multilinguística dos povos que passaram a formar parte da nação timorense e considerando a memória colonial portuguesa e da ocupação indonésia, as discussões caracterizaram-se por argumentações pró e contra a adoção das consideradas principais línguas presentes na nação em construção. Nesse cenário, receberam destaque a língua tétum-praça, a língua indonésia e a língua inglesa, além da língua portuguesa.

A Constituição timorense acabou por reconhecer a língua portuguesa como língua oficial, compartilhando deste status com a língua tétum-praça. A língua indonésia e a língua inglesa foram assinaladas como línguas de trabalho, podendo ser usadas no âmbito da administração pública quando necessário. Com a aprovação do texto final da Constituição, a Restauração da

---

<sup>4</sup>EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. Pag. 55

<sup>5</sup>DURAND, F. 42000 ans d'histoire de Timor Est. Toulouse: Edições Arkuiris, 2009. GUNN, G. C. History of Timor. ISEG - Lisbon School of Economics & Management. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1989. Disponível em: [https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/History\\_of\\_Timor.pdf](https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/History_of_Timor.pdf). Acesso em: 30 ago. 2018. GUNN, G. C. Historical Dictionary of East Timor. Maryland: The Scarecrow Press, 2011.

Independência foi formalmente proclamada em Díli em 20 de maio de 2002, refundando, assim, a República Democrática de Timor-Leste.

Em 2006, o governo aprovou a Política Nacional de Educação e da Cultura 2006-2010, a qual apresentava, entre outras, uma série de propostas e objetivos relacionados às línguas. Ela pontuava mais especificamente a implementação das línguas oficiais e nacionais como identidade cultural, destacando o direito e o dever dos cidadãos timorenses de preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural do país. A implementação reforçava também o lugar da língua portuguesa como língua de instrução, além de colocar a formação e capacitação de professores em português como um princípio orientador da formulação e implementação das políticas, dos planos e programas de educação e cultura. A proposta ainda estabelecia uma política específica para a língua portuguesa, definindo que o ministério deveria desenvolver materiais de educação primária, em português, em conformidade com o desenvolvimento do currículo, e estabelecer como requisito que todos os professores fossem suficientemente fluentes em português para lecionar nos níveis e disciplinas correspondentes.

Em 2008, então, foi aprovada a Lei de Bases da Educação, que pode ser considerada como um dos principais instrumentos da Política de Educação de modo geral e, especificamente, de Política Linguística timorense. Segundo Ramos e Teles que, os primeiros governos tiveram que se dedicar quase exclusivamente às necessidades mais urgentes e imediatas após o colapso da educação ocorrido em 1999. Todavia, conduziram suas políticas educativas sem uma normatização clara e sólida que os sustentassem legislativamente, evidenciando a necessidade de defini-las dentro de um enquadramento jurídico legal. A Lei de Bases, entre outras normas, estabeleceu a universalização do ensino básico de nove anos com matrícula obrigatória e gratuita, reforçou a garantia da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares e previu medidas destinadas a proporcionar uma escolaridade efetiva a todos<sup>6</sup>.

Desde um período inicial, baseado somente na Constituição, e a partir da criação de um corpo legal estruturante, principalmente com a Lei de Bases da Educação em 2008, as políticas relacionadas às línguas e à educação de Timor-Leste mostraram certa unidade e continuidade à medida que os Governos Constitucionais vão se sucedendo. O Estado criou base legal e meios com o objetivo de encontrar formas de consolidar, principalmente, a presença da língua portuguesa como marca de identidade, estabelecendo políticas e planejamento linguístico que assegurem o ensino e a difusão das línguas oficiais nos sistemas de ensino do país.

Segundo o Ministro da Educação, Juventude e Desporto Anterior Armindo Maia, o Governo pretende alterar a Lei de Base da Educação No.14/2008, conforme a entrevista do diário Tatoli disse que, para impor o uso da língua portuguesa nas escolas, com a razão dito que,

---

<sup>6</sup>RAMOS, A. M.; TELES, F. Memória das políticas educativas em Timor-Leste: a consolidação de um sistema (2007-2012). Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012. RUAK, T. M. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n. 14, p. 40-41, jul./set. 2001.

80% das unidades de ensino de Timor-Leste não utilizam o idioma, salientou que a população de Timor-Leste, aproximadamente 1,3 milhões de pessoas e apenas 30% dos habitantes dominam a língua portuguesa<sup>7</sup>. Entretanto a lei referida foi alterado introduzido por Lei N.º 6/2024 de 17 de Julho Aprova a Lei de Bases do Ensino Superior e procede à primeira alteração à Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro, Lei de Bases da Educação que ainda em vigor.

Por base lei supracitado, o Governo atual ordena as Universidades em Timor-Leste para utilizar a língua português como língua de instrução e ensino no ensino superior, entretanto foi isto que o Magnifico Reitor da Universidade da Paz – UNPAZ questionou na sua discurso durante a cerimónia graduação dos estudantes finalistas realizada em UNPAZ no mês de Dezembro de 2024.

Embora desde o início já tenham existido polémica sobre a adoção da língua Portuguesa como a língua oficial em Timor-Leste, entretanto ressurgiu a contravérsia na sociedade entre academicos, sociedade civil, jurista que deram a sua opinião sobre o assunto quando surgiu o discurso do Magnifico Reitor.

## **II. ASSUNTO LEGAL**

Relacionado o assunto supracitado, apresento a questão jurídica relativamente a Lei N.º 6/2024 de 17 de Julho Aprova a Lei de Bases do Ensino Superior e procede à primeira alteração à Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro, que poderá fiscalizado a sua constitucionalidade com o Artigo 13.<sup>0</sup> da Constituição da República Democrática de Timor-Leste – CRDTL 2002. Assim surge a pergunta ou questão será que a Lei N.º 6/2024 é Violar a Constituição da República – alias Inconstitucional .....???

## **III. BASE LEGAL**

Depois de 24 anos de ocupação indonésia, Timor-Leste retomou a língua português e consagrou-a no Artigo 13.<sup>0</sup> da CRDTL como língua oficial, ao lado do tétum, com base em aspetos históricos, políticos, culturais, linguísticos, religiosos e económicos. Além disso, a Lei de Bases da Educação Lei N.º 6/2024 determina, no seu Artigo 11.º, que “as línguas de ensino do sistema de ensino timorense são o tétum e o português”. Assim, essa língua funciona na Administração Pública e no ensino e, sobretudo, surge no dia a dia dos cidadãos fortemente mesclada no vocabulário do tétum.

O Programa do IV Governo, sobre às questões linguísticas, que falta de uma política clara, nos governos anteriores, sobre o papel da língua de ensino como fator importante da

---

<sup>7</sup>[Apenas 20% das escolas utilizam língua portuguesa - TATOLI Agência Noticiosa de Timor-Leste.](#)

unidade nacional. Teve uma Política Nacional de Educação, aprovada no governo anterior, e foi revisto antes de começar a ser implementada. A política manteve como um dos objetivos principais é acelerar a reintrodução das línguas oficiais nas escolas. É um propósito do governo a aprovação de uma Lei de Bases para a Educação, atendendo à necessidade e foi mesmo aprovado a Lei N.º 14/2008, de 29 de outubro, Lei de Bases da Educação enquanto a lei foi mesmo alterado pela Lei N.º 6/2024 pelo IX Governo Constitucional.

**Segundo o Artigo 11.º sobre “Línguas de instrução e ensino” da Lei N.º 6/2024 regula que :**

- 1. As línguas de instrução e ensino no ensino superior são o tétum e o português.**
- 2. Sem prejuízo do previsto no número anterior, a principal língua de instrução, ensino e investigação no ensino superior é o português, devendo ser utilizado o tétum como língua de apoio.**
- 3. O Estado deve valorizar e desenvolver a língua tétum tendo em vista a utilização desta como uma língua principal de instrução, ensino e investigação no ensino superior.**
4. Excetuam-se dos números anteriores :
  - a) O ensino em cursos de línguas estrangeiras;
  - b) Os programas ministrados no âmbito de acordos de cooperação celebrados com outros Estados;
  - c) Os programas ministrados no âmbito de acordos de associação celebrados nos termos previstos no artigo 20.º;
  - d) Os programas que, pela sua especificidade técnica e de internacionalização, exijam que a lecionação e a avaliação se realizem em língua estrangeira.

Refere-se o número 1) a 3) gerar o contrário e interpretação ambiguidade entre os conteúdos da norma. O No. 1)., disse que as línguas de instrução e ensino no ensino superior são o tétum e o português, no No. 2)., Disse que a principal língua de instrução, ensino e investigação no ensino superior é o português, a língua tétum é como língua de apoio. Entre o No. 1) e 2) coloca a interpretação contrário e ambíguo (*inserteza/norma kabur*) entretanto o No. 1)., ambos duas línguas de instrução e ensino no ensino superior, não é uma escolha, mas tem de ser ambos e enquanto o No. 2)., a língua principal é português e tétum como língua de apoio, segundo a interpretação deveria usar ambos duas línguas e nada deve ter mais prioridade. Mas, enquanto surgiu no No. 3)., que o Estado obrigado valorizar e desenvolver a língua tétum como língua principal de instrução, ensino e investigação no ensino superior, assim o conteúdo da norma levantar contradições e ambiguidades. O conteúdo do No. 2)., fez o contrário e ambíguo ao número 1) e 3)., deveria alterado ou revogado.

**Enquanto, segundo o Artigo 13.º “Línguas oficiais e línguas nacionais” da CRDTL regula que :**

1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de TimorLeste.
2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.

**Reforçando, conforme previsto no Artigo 159.<sup>0</sup> “(Línguas de trabalho)” CRDTL :**

**A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.**

Segundo o conteúdo da norma supra, os Números 1) e 3) do Artigo 11.<sup>0</sup> da Lei N.º 6/2024 são em conformidade com o Artigo 13.<sup>0</sup> da CRDTL. Apenas enquanto o No. 2)., que tenha contradição ou conflito de norma com a Constituição da República assim é considerado inconstitucional.

#### **IV. ANÁLISE**

Refere-se a questão ou a pergunta colocada supramencionado que questionou – “Será que a Lei N.º 6/2024 é Violar a Constituição da República – alias Inconstitucional .....?”. Foi explicado que existem conflitos de normas e existe ambiguidade das normas é no Artigo 11.<sup>0</sup> da Lei No.6/2024 e foi mesmo contrário à Constituição da República.

Para o melhor esclarecimento a questão, o autor utilizando a abordagem teórica de Hans Kelsen e Hans Nawiasky sobre *Stufenbau Theory*.

**Segundo Hans Kelsen no General Theory of Law and States, dissegue :** *The legal order, especially the legal order the personification of which is the State, is therefore not a system of norms coordinated to each other, standing, so to speak, side by side on the same level, but hierarchic of different levels of norms. The unity of these norms is constituted by the fact and that the creation of one norm – the lower one - is determined by another – the higher – the creation – of which is determined by a still higher norm, and that this regressus is terminated by a highest, the basic norm which, being the supreme reason of validity of the whole legal order, constitutes its unity*<sup>8</sup>(A ordem jurídica, sobretudo a ordem jurídica cuja personificação é o Estado, não é, pois, um sistema de normas coordenadas entre si, posicionando-se, por assim dizer, lado a lado a uma mesma nível, mas uma hierarquia de diferentes níveis de normas. A unidade destas normas é constituída pelo facto de que a criação de uma norma – a inferior – é determinada por outra – a superior – cuja criação é determinada por uma norma ainda mais elevada, e que este regressus é terminado por uma norma mais elevada, a norma básica que, sendo a razão suprema de validade de toda a ordem jurídica, constitui a sua unidade).”

---

<sup>8</sup> Hans Kelsen, General Theory of Law and State (Translated by : Andres Wedberg), Russel & Russel, New York, 1973, Pag. 124.

Em desenvolvimentos posteriores, Hans Nawiasky explicou que a *theorie von stufenbau der rechtsordnung* descreve que, para além da hierarquia das normas no país, é multifacetada e em camadas do mais alto para o mais baixo, também ocorre agrupamento de normas jurídicas de um país nomeadamente sobre :

- ❖ Normas fundamentais do Estado (*staatsfundamentalnorm*);
- ❖ Lei básicas do Estado (*staatsgrundgesetz*);
- ❖ Lei formal (*formallegesetz*);
- ❖ Os regulamentos implementador e regulamentos autónomos (*verordnung en autonomous satzung*)<sup>9</sup>.

#### **a. Normas fundamentais do Estado (*staatsfundamentalnorm*)**

Segundo Hans Nawiasky, o conteúdo da *Staatfundamentalnorm* são normas que é a base para a formação da constituição ou Lei/Regras básicas do Estado (*staatsverfassung*), incluindo as normas para a sua alteração. Num país, esta norma básica é também conhecida como fundamento filosófico que contém regras básicas para uma posterior regulamentação do Estado<sup>10</sup>.

#### **b. Lei básicas do Estado (*staatsgrundgesetz*)**

As Leis básicas do estado são as regras básicas do estado (*Staatsgrubgesetz*) é um grupo de normas jurídicas que são trazidas pelas normas fundamentais do estado, as normas das regras básicas/principais do estado são regras que são básicas por natureza e são regras gerais que ainda estão em forma de esboço para que ainda sejam uma norma única e não sejam acompanhadas por normas secundárias.

Segundo Hans Nawiasky disse é uma regra básica/principal de um país pode ser declarada num documento Estado chamado *staatsverfassung* ou pode também ser declarada em vários documentos dispersos chamados *Staatsgrundgesetz*.

As regras básicas regulam geralmente sobre divisão do poder de Estado no topo do governo e, além disso, a relação entre as instituições do Estado e bem como a relação entre o Estado e os seus cidadãos.

#### **c. Lei formal (*formallegesetz*)**

Este é um grupo que está sob as regras básicas/regras principais do Estado, ou chamado de Lei num sentido (formal), diferente dos grupos acima dele, pelo que as normas numa lei são normas concretas e detalhadas e podem ser aplicadas diretamente numa sociedade. Esta norma é diferente das outras normas porque é produzido pelo órgão legislativa.

---

<sup>9</sup>Jimly Asshiddiqie & M. Ali Safa'at, Teori Hans Kelsen Tentang Hukum, Konpress, Jakarta, 2006, Pag. 170.

<sup>10</sup> A. Hamid Attamimi, UUD 1945-Tap MPR Undang-Undang (Kaitan Norma Hukum Ketiganya) (Jakarta 31 november 1981), Pag. 4.

#### d. Os regulamentos implementador e regulamentos autónomos (*verordnung en autonomous satzung*)

O último grupo de normas jurídicas são os regulamentos de execução (*Verordnung*) e os regulamentos autónomos (*autonomer satzung*) são regulamentos localizados abaixo da lei que funcionam para implementar as disposições da lei, em que os regulamentos de implementação têm origem na competência delegada, enquanto os regulamentos autónomos têm origem na competência de atribuição.

A mais alta ordem jurídica na visão de Kelsen está a culminar nobasic normou grundnorm (norma básica) que é constituição, mas a constituição em causa é no sentido material, não é uma constituição no sentido formal. Segundo Nawiasky, o que se entende por *basic norm* na ideia de Kelsen é o *staatsfundementalnorn* e não é *staatgrundnorm*.

No entanto, a ideia da Teoria Stufenbau de Kelsen não foi a primeira teoria a mostrar a existência de um sistema jurídico. A ideia em causa foi o pensamento início do Adolf Merklque menciona a existência de diligências legais(*die lehre vom stufenbau der der Rechtsordnung*). Segundo Merkl disse que : *suatu sistem tata aturan hirarkis, suatu sistem norma yang mengkondisikan dan dikondisikan oleh hukum. Norma yang mengkondisikan berisi kondisi untuk pembuatannorma lain atau tindakan. Pembuatan hirarkis ini termanifestasi dalam bentuk regresi dari sistem tata hukum yang lebih tinggi ke sistem tata hukum yang lebih rendah. Proses ini selalu merupakan proses konkretisasi dan individualisasi*<sup>11</sup>.

A semelhança básica entre a hierarquia das normas dos Hans Kelsen e Hans Nawiasky está localizado em camadas e níveis que são a fonte e a base e se encontram em todas as normas jurídicas. Enquanto isso, a diferença entre ambos está no padrão de classificação e agrupamento de normas jurídicas que são explicitamente declaradas mais profundamente pelo Nawiasky enquanto Kelsen é pelo contrário apenas analisar de carácter normativos gerais.

Embora Timor-Leste não tenha ainda uma lei específica sobre a hierarquia das normas jurídicas (hierarquia da lei) entretanto utilizando a teoriado Hans Kelsen e Hans Nawiasky **sobre oStufenbau Theory**, assim interpretar que a Lei N.º 6/2024 sobre Lei Bases da Educação devem subordinar-se à Constituição da República enquanto concretamente mencionado que o número 2) do Artigo 11.º da Lei N.º 6/2024 tenha contrário aoArtigo 11.º daConstituição da República, deverá as leis baixo ser baseadas em leis superiores.

Segundo o princípio jurídico sobre a supremacia da norma constitucional que a Constituição é o acto legislativo supremo, isto é, contém normas jurídicas de hierarquia superior, tendo primazia em relação a qualquer outro acto legislativo, seja o Governo ou da própria Assembleia Nacional. Decorrem deste princípio algumas conclusões óbvias: nem todos os actos legislativos têm a mesma hierarquia, posto que a Lei ordinária, o Decreto-Lei e o

---

<sup>11</sup>JimlyAsshiddiqie& M. Ali Safa'at, Teori Hans KelsenTentangHukum, Konpress, Jakarta, 2006, Pag. 109.



DecretoLegislativo devem subordinar-se à Constituição; os actos normativos, que regulamentam, pormenorizam e concretizam os actos legislativos (sendo lhes, por isso, inferiores em hierarquia), não podem contrariar as normas constitucionais. Salientou que, poderá também aplicada o princípio jurídico *Lex Superior Derogat Legi Inferiori* que a legislação superior prevalece sobre a legislação inferior, devendo salientar-se que este princípio apenas se aplica a duas regulamentações que não sejam hierarquicamente iguais e se contradigam.

Segundo o Artigo 2.<sup>o</sup> No. 2) e 3) da Constituição República Timor-Leste como Estado de Direito é subordina-se a Constituição da República e as leis, entretanto as leis e os demais actos do Estado e do poder local só são válidos se forem conformes a Constituição da República, isto significa que a Constituição da República é como quadro legal mais alto na hirerarquia leis ou enquadramentos legais em Timor-Leste.

## **V. CONCLUSÃO e RECOMDAÇÃO**

É assim depoiz de analisar a teoria dos autores e as normas previstos na Constituição da República, pode-se concluir que :

- a. Existe conflito das normas (contrário) e interpretação ambiguidade entre os conteúdos das normas (inserteza/*norma kabur*). É conflitos das normas (contrário) entre o Artigo 11.<sup>o</sup> da Lei No.6/2024 com o Artigo 13.<sup>o</sup> da Constituição da República. Existe interpretação ambiguidade entre os números no próprio Artigo 11.<sup>o</sup> da lei em causa;
- b. Existe inconstitucionalidade é como mencionado o o Artigo 11.<sup>o</sup> da Lei No.6/2024 com o Artigo 13.<sup>o</sup> da Constituição da República e violação do princípio supremacia da norma constitucional e princípio jurídico *Lex Superior Derogat Legi Inferiori*;
- c. Segundo o Artigo 2.<sup>o</sup> No. 2) e 3) da Constituição República Timor-Leste como Estado de Direito é subordina-se a Constituição da República e as leis, entretanto as leis e os demais actos do Estado e do poder local só são válidos se forem conformes a Constituição da República, isto significa que a Constituição da República é como quadro legal mais alto na hirerarquia leis ou enquadramentos legais em Timor-Leste;
- d. Recomenda ao Parlamento Nacional para alterar ou revogar o número 2) do Artigo 11.<sup>o</sup> da Lei No.6/2024. A consequência quando não for alterado ou revogado a lei continuará vigor mesmo que é considerado inconstitucional e tenha provoca a interpretação ambiguidade entre os conteúdos das normas (inserteza/*norma kabur*);
- e. Incentivar as entidades interessadas – as universidades em Timor-Leste em coordenação com as autoridades ou entidades competentes previsto no Artigo 150.<sup>o</sup> da Constituição da República para solicitar ao Tribunal de Recurso a proceder a fiscalização abstrata da constitucionalidade da Lei No. 6/2024 com o Artigo 13.<sup>o</sup> da Constituição da República.

\*\*\*\*\*

**FIM**

### **Referência Bibliografia**

- ❖ [Apenas 20% das escolas utilizam língua portuguesa - TATOLI Agência Noticiosa de Timor-Leste.](#)
- ❖ A. Hamid attamimi, UUD 1945-Tap MPR Undang-Undang (Kaitan Norma HukumKetiganya) (Jakarta 31 november 1981), Pag. 4.
- ❖ BETANIA, Nadia (2010). Língua e linguagem. Pag. 1.
- ❖ DURAND, F. 42000 ans d'histoire de Timor Est. Toulouse: EdiçõesArkuiris, 2009.
- ❖ GUNN, G. C. History of Timor. ISEG - Lisbon School of Economics & Management. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1989. Disponível em: [https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/History\\_of\\_Timor.pdf](https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/History_of_Timor.pdf). Acesso em: 30 ago. 2018.
- ❖ GUNN, G. C. Historical Dictionary of East Timor. Maryland: The Scarecrow Press, 2011.
- ❖ EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. Pag. 55
- ❖ Hans Kelsen, General Theory of Law and State (Translated by : Andres Wedberg), Russel&Russel, New York, 1973, Pag. 124.
- ❖ JimlyAsshiddiqie& M. Ali Safa'at, Teori Hans KelsenTentangHukum, Konpress, Jakarta, 2006, Pag. 170.
- ❖ JimlyAsshiddiqie& M. Ali Safa'at, Teori Hans KelsenTentangHukum, Konpress, Jakarta, 2006, Pag. 109.
- ❖ LESSA, Luisa Galvão. A importância da língua no mundo social e cultural. Linguagem e cultura. Maio, 2010. Disponível em: . Acesso em 22/05/2024.
- ❖ RAMOS, A. M.; TELES, F. Memória das políticas educativas em Timor-Leste: a consolidação de um sistema (2007-2012). Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012.
- ❖ RUAK, T. M. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n. 14, p. 40-41, jul./set. 2001.
- ❖ SANTANA, Joelton Duarte de. Língua, cultura e identidade: A língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: Língua - vidas em português. Revista: Linha d'Água, São Paulo, n. 25 (1), p. 47-66, 2012.